

ANTÔNIO GOMIDE GOVERNADOR

A MUDANÇA É AGORA



Apresentação

O Brasil optou por um novo projeto a partir de 2002, ao eleger o Presidente Lula. O governo Lula iniciou um novo ciclo de desenvolvimento econômico e social, iniciando uma profunda transformação no País. A eleição da Presidenta Dilma foi fundamental para continuar aprofundando as mudanças que colocou o Brasil num novo patamar de desenvolvimento, associando crescimento econômico estável, distribuição de renda, inclusão social, garantias de direitos, fortalecimento da democracia.

Goiás nos últimos anos não conseguiu acompanhar essa grande transformação em que vive o Brasil. O Estado está sendo governado pelo mesmo grupo político há 16 anos, que impôs um modelo de gestão que não foi capaz de solucionar os principais problemas do povo goiano. A falência desse modelo pode ser comprovada quando saímos do imaginário do marketing feito pelo Governo e mergulhamos no diagnóstico da real situação em que se encontra o Estado.

A segurança pública vive um caos. Vivemos em dos estados mais violentos do Brasil. É alarmante o número de assaltos, roubos de carros e residências, latrocínios e homicídios, principalmente envolvendo a juventude negra e da periferia. Ressaltamos ainda os altos índices de violência contra as mulheres, que assim como vários outros crimes continuam sem resposta por parte do atual governo do Estado.

Referente à infraestrutura é importante acentuar a problemática no setor energético, provocado principalmente pela ineficiente gestão da CELG, que ao longo dos anos perdeu sua capacidade de responder às demandas da população e do setor produtivo. Outra área importante é o do saneamento, que há muito carece de uma gestão competente e planejada. A SANEAGO é vítima de um contínuo sucateamento, que compromete o atendimento das necessidades da sociedade. A mesma incapacidade se repete no modal rodoviário, com a precariedade de várias rodovias pelo interior do Estado prejudicando o escoamento da produção e fragilizando o desenvolvimento regional.

Na saúde, o governo promove uma guerra na mídia contra o SUS, não investe nos municípios e sobrecarrega os serviços prestados na Capital. O Estado se ausenta de sua responsabilidade repassando à iniciativa privada os serviços, atendimentos e as unidades de saúde que são patrimônio da população. Não fiscaliza os serviços contratados e não garante a valorização do servidor público.



É flagrante o descaso do governo estadual com a educação. Faltam estrutura e investimentos nas escolas, os baixos salários e a retirada da titularidade e de direitos desvaloriza e desmotiva os profissionais da educação. O desmonte da UEG pode ser visto pela falta de investimentos e manutenção das unidades, pela desvalorização dos servidores e docentes, pela falta de democratização e autonomia da gestão. Esta situação compromete a qualidade do ensino e a produção científica, a função social e o papel da universidade no desenvolvimento de Goiás.

Os servidores públicos, ao longo dos últimos anos, estão sendo vítimas da precarização das condições de trabalho, da desvalorização do papel do servidor, da perda de direitos adquiridos, da falta de reposição das perdas salariais nas datas base e o conseqüente achatamento salarial. Há um clima de apreensão, insegurança e desmotivação que compromete a qualidade dos serviços prestados. A relação do atual governo com os servidores é conflituosa e marcada pela falta de diálogo com os representantes das categorias.

A movimentação que a sociedade goiana vem fazendo nos últimos anos aponta para o desejo de mudança, de práticas políticas diferentes. É chegada a hora de Goiás trilhar um novo caminho, com desenvolvimento econômico sustentável e com justiça social, que renove o potencial do Estado e aproxime do projeto construído por Lula e Dilma nos últimos onze anos.

Goiás tem plenas condições para se engajar nesse novo ciclo de mudanças que o Brasil vive. Os desafios que se apresentam são complexos e variados e exigem políticas planejadas. Por isso o Partido dos Trabalhadores acredita que o amplo diálogo com a população será fundamental para o sucesso do próximo governo.

A partir dessas expectativas de mudanças, o Partido dos Trabalhadores em Goiás, após um amplo debate, apresenta a candidatura de Antônio Gomide ao Governo de Goiás e Tayrone di Martino vice. A hora da mudança é agora e o PT apresenta um projeto capaz de canalizar esse sentimento da sociedade.

Com uma metodologia democrática e participativa, o partido prepara seu Plano de Governo ouvindo milhares de pessoas em todo o estado de Goiás. A estrutura do trabalho está organizada na realização de encontros regionais, seminários regionais, seminários temáticos e caravanas. Já realizamos 20 encontros do PT em todo estado, 04 seminários regionais e 09 temáticos, ouvindo quase 10.000 pessoas. Para aproximar ainda mais da realidade das regiões e aprofundar o debate qualificado sobre as mudanças que Goiás precisa, 13 caravanas percorreram as 10 regiões, durante 70 dias passamos por 142 municípios, onde lideranças políticas e setores organizados da sociedade tiveram a oportunidade de contribuir com esta construção coletiva.



Nosso projeto será organizado pelas 10 regiões de planejamento estabelecidas pelo Instituto Mauro Borges (Região Metropolitana de Goiânia, Região Centro Goiano, Região Norte, Região Nordeste, Região Entorno do Distrito Federal, Região Sudeste, Região Sul, Região Sudoeste, Região Oeste, Região Noroeste). Para além das regiões, queremos apresentar uma proposta estruturada por 5 eixos que são importantes para o Partido dos Trabalhadores e para a promoção do desenvolvimento que Goiás precisa.

O Eixo *Desenvolvimento Local Sustentável* compreende as áreas de agricultura e pecuária; ciência e tecnologia; economia; formação profissional; infraestrutura e saneamento; recursos naturais; turismo.

A *Participação Cidadã* é outro eixo que terá atenção em nosso projeto, contemplando a institucionalização da participação cidadã; transparência, democratização e acesso a informação.

Para promover o desenvolvimento de Goiás é preciso estabelecer ações consistentes no eixo *Políticas Sociais e Realização de Direitos*, que abarca as áreas de educação; saúde; assistência social; transferência e redistribuição de renda; direitos humanos; abastecimento e segurança alimentar; segurança pública; cultura; esporte e lazer; inclusão digital; política para mulheres; igualdade racial, políticas LGBTQBT; juventude.

Para avançar no modelo de gestão, apresentamos o eixo *Gestão Ética, Democrática e Eficiente*, que trabalhará o modelo de gestão; valorização e profissionalização dos servidores; sistemas de informação e comunicação; qualificação dos serviços públicos.

As pessoas vivem nos municípios, e um Estado forte é aquele que trabalha em parceria com as gestões municipais. O eixo *Desenvolvimento Urbano e Rural e direito à Cidade*, visa dialogar com as áreas da reforma urbana; políticas agrárias e agrícolas; política habitacional; saneamento, transporte e mobilidade.

Vale ressaltar que não é um documento final, mas que estará em constante elaboração ao longo da campanha, pois acreditamos que para mudar a realidade do estado de Goiás a população e os diversos setores organizados precisam ser envolvidos e ouvidos na formulação das políticas a serem implementadas no Estado. Acreditamos que esse será um grande diferencial, pois é explícito a falta de diálogo com movimentos sociais e a população nas políticas executadas pelo atual governo estadual.



Sendo assim, este documento tem como objetivo apresentar diretrizes que irão balizar as ações, projetos e programas do governo estadual a partir de 2015. Aqui são apresentadas concepções que historicamente vem sendo debatidas e colocadas em prática pelo PT em diversas experiências pelo Brasil. Temos a convicção que essas políticas contribuirão para o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural de Goiás.

EIXO 1 – DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

O PT concebe o desenvolvimento sustentável como sendo a articulação do desenvolvimento social, ambiental, econômico, cultural, político e ético, na perspectiva da preservação da vida e dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras.

Significa dizer que os ganhos e benefícios do desenvolvimento econômico devem ser apropriados por toda a população e não devem acarretar o desequilíbrio ecológico, ambiental ou destruir os recursos naturais.

O desenvolvimento local sustentável e os eixos relativos às políticas sociais, às questões de infraestrutura nos municípios, do planejamento das políticas no território e da participação cidadã envolve a participação da sociedade, especialmente dos setores populares.

A construção de um Estado local forte e democrático, que seja capaz de dialogar com todas as regiões, com os governos municipal e federal, como condição para impulsionar o desenvolvimento sustentável, garantindo o diálogo com todos os setores da sociedade, a ampliação dos espaços de participação social e as condições de mediação de conflitos de interesses. O governo deve ter a capacidade de trazer e realizar os programas federais para o estado e municípios. Esse caminho é completamente diferente do que propõe os governos do PSDB e seus aliados para Goiás.

O desenvolvimento Local Sustentável deve levar em consideração as condições existentes no ponto de vista econômico, das riquezas naturais, as vantagens competitivas e a inserção na economia regional. Este conhecimento se faz necessário para explorar as vocações das regiões e dos municípios – sempre levando em conta, o caráter sustentável do desenvolvimento nas áreas urbanas e rurais.



O PT também propõe que seja estimulada a articulação de um ou mais municípios em torno de projetos comuns e ou de um planejamento global comum por meio de câmaras, consórcios e agências de desenvolvimento local e regional, visando alavancar projetos de desenvolvimento econômico (buscando financiamentos públicos ou investimentos privados).

É necessário desenvolver políticas articuladas de geração de emprego e renda e capacitação para o trabalho; bem como a difusão tecnológica e apoio à inovação e à absorção de novas tecnologias para o desenvolvimento, tendo como referência a Universidade Estadual de Goiás, a Universidade Federal e os Institutos Federais.

Queremos aprimorar a implantação ou aperfeiçoamento de arranjos produtivos que favoreçam a cooperação e integração de áreas produtivas afins; o apoio às incubadoras de empresas e microempresas; apoio a consórcios de empresas, microempresas, empresas familiares; a promoção da economia solidária, do cooperativismo, das redes de produtores, do empreendedorismo, das microempresas e do terceiro setor.

O desenvolvimento de atividades de extensão rural em municípios com vocação agrícola passa pela oferta de infraestrutura adequada na geração de energia elétrica, pavimentação e recuperação das estradas, apoio aos municípios na implantação e manutenção de estradas vicinais, criando assim a sedimentação de estrutura logística para o escoamento e comercialização da produção agrícola ou industrial local, com meios de armazenagem e transporte;

Para promover um desenvolvimento local sustentável é preciso que o estado invista em infraestrutura: Recuperar as rodovias, pavimentar as GO's, e apoiar as prefeituras na manutenção das estradas vicinais são estratégicas para o desenvolvimento local. Recuperar a CELG, com uma gestão eficiente e transparente, para gerar e distribuir energia de qualidade no campo e na cidade. Fortalecer a Saneago e garantir o acesso à água e ao saneamento de qualidade. O investimento nas práticas de redução, triagem e reciclagem de resíduos sólidos visando à melhoria da qualidade de vida na cidade.

É importante ressaltar que a construção de uma rodovia, de uma estrada vicinal, de um porto, de um conjunto habitacional, a extensão da rede elétrica e de comunicações, a existência de escolas técnicas ou faculdades, bem como os programas de formação profissional ou as pesquisas e estudos da economia local e regional, são alguns dos elementos indutores de desenvolvimento, de atração de investimentos e de inclusão social. Além de serem, em si, geradores de trabalho e de novas demandas locais.



EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Participação cidadã e controle social são, ao mesmo tempo, demandas das sociedades democráticas, características do Estado de Direito inscritas como princípios constitucionais no Brasil, além de serem marcas reconhecidas das propostas e gestões governamentais petistas.

Para o PT, participação cidadã significa que todos os setores populares, organizações sociais, os diferentes agentes e instâncias de um determinado processo ou setor exercem sua cidadania, tem o direito à liberdade de opinião, de organização e participação em todas as esferas de decisão sobre interesses públicos. Agindo de maneira informada e pensando no impacto das decisões que lhe dizem respeito ou que dizem respeito ao coletivo e não a interesses pessoais ou privados.

Controle social significa o monitoramento, pela sociedade organizada e institucionalmente reconhecida, dos processos político-administrativos e das políticas públicas, desde sua elaboração até sua avaliação e replanejamento. Trata-se de fortalecer, ao mesmo tempo, o papel do Estado e da sociedade.

O exercício da participação cidadã e do controle social favorece a constituição de uma cultura democrática baseada em direitos e por isso são considerados fundamentais para a construção de uma esfera pública democrática, onde possam ser associados direitos e responsabilidades dos cidadãos e cidadãs à ação qualificada dos setores do poder público no Legislativo, no Executivo e no Judiciário.

É preciso fortalecer os canais existentes de participação e controle social de políticas públicas, tais como conselhos, comitês, comissões, fóruns, audiências, conferências, consórcios e outras, institucionalizados ou não, oferecendo infraestrutura e condições de funcionamento;

Defender e constituir espaços de participação para que estes sejam compreendidos como processos e não como eventos, diretamente vinculados à forma de governo e de organização da sociedade. Esses espaços devem existir nos diferentes processos de planejamento das políticas de desenvolvimento do estado. Isso significa que devem ser assegurados desde a elaboração do programa de governo;



Promover atividades de formação sobre as políticas sociais, o funcionamento da administração pública, o papel dos canais de participação e a importância da gestão democrática; Superar o analfabetismo funcional, isto é, a incapacidade das pessoas entenderem e interpretar textos, de se expressarem razoavelmente por escrito, de usarem suficientemente a leitura e a escrita;

Reconhecer o Legislativo como um poder autônomo com o qual o Poder Executivo deve se relacionar, bem como estimular os parlamentares a acompanharem e dialogar com os debates e decisões promovidos nos canais de participação;

As decisões do governo devem levar em consideração o diálogo estabelecido nos canais institucionais de participação e a articulação deles com os canais próprios de expressão da sociedade;

Promover campanhas educativas sobre o papel dos governantes (a diferença das responsabilidades dos governos federal, estadual e municipal; o papel do vereador e da vereadora, deputados e deputadas estaduais e federais; as instâncias de apelação pela ordem: o responsável direto pelo serviço, a ouvidoria, o Ministério Público etc.).

Para um governo voltado para a transformação da sociedade, a participação cidadã, além de ética e politicamente justa, favorece a implementação do Programa de Governo. Isto porque reforça a correlação de forças em favor da mudança, ampliando o conjunto de sujeitos que podem garantir a governabilidade.

Com participação cidadã há maior possibilidade de construção da governabilidade ampliada (não restrita às negociações com os agentes tradicionais), pois contribui para formar opinião e aglutinar forças em torno de projetos do governo. Se os projetos são bons, respeitados e apoiados por diferentes sujeitos sociais, o governo tem muito mais força para negociar com o Legislativo e os demais setores sociais.

Isso é muito importante porque, numa sociedade democrática, o Executivo (governo) é apenas uma parte do poder. O Estado Democrático brasileiro é formado pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, independentes entre si. E há ainda os poderes não institucionalizados dos vários segmentos sociais: empresariado, sindicatos, movimentos de base etc. No entanto, não existe igualdade na distribuição do poder entre estes segmentos. Historicamente os setores com maior poder econômico elegem representantes dos seus interesses nas três esferas do Poder Público, permitindo influenciar os processos de decisão e deter importante parcela de poder político.



Por tanto, além de possibilitar o encontro de melhores soluções para os problemas da população, a participação cidadã também fortalece a concretização do programa de governo e do modo petista de governar. Mesmo quando o Governo formula as políticas públicas, tendo capacidade e acúmulo técnicos para isso, a elaboração será ainda melhor se incorporar a sociedade no processo, graças ao diálogo permanente sobre sua realidade e da visibilidade conferida aos diferentes interesses em disputa.

O PT reconhece que a sociedade tem o direito de participar ativamente como co-responsável na construção de uma gestão ética, democrática e eficiente. Por isto sempre investiu na ampliação dos espaços de participação cidadã, pois a sociedade se reconhece naquilo que ajudou a construir. Assim, os governos e bancadas parlamentares do PT devem estimular e apoiar iniciativas de organização e mobilização da sociedade civil, sempre respeitando a independência dos movimentos sociais. Pois é através do diálogo, sem temer ou escamotear os conflitos, que se disputa a hegemonia e se conquista novos adeptos ao nosso projeto político, que quer mudar a realidade do povo goiano. Colocar o cidadão e a cidadã como protagonistas das mudanças que Goiás precisa.

EIXO 3 – POLÍTICAS SOCIAIS E A REALIZAÇÃO DE DIREITOS

Para o PT as políticas sociais são um conjunto de concepções, objetivos e ações coordenadas de governo, que devem ter continuidade, voltadas ao atendimento de necessidades e direitos sociais em diversos campos da vida das pessoas.

As políticas sociais fazem parte das responsabilidades do governo e são regidas por legislações, diretrizes conceituais, normas técnico-operativas, planejamento, avaliação e provisão orçamentárias específicas que asseguram a cada uma a condição de direito.

Esses direitos resultaram no Brasil da luta contra o preconceito, a discriminação, o patrimonialismo e o clientelismo das elites que buscaram fazer crer à sociedade que direitos eram favores. Essa luta continua em função dos conflitos de interesses, concepções e da desigualdade social ainda presentes na sociedade brasileira.

O PT, que nasceu do processo de lutas pela conquista e ampliação de direitos em meio à redemocratização, lutou com os movimentos sociais e os demais partidos de esquerda para assegurar um conjunto de direitos na Assembleia Nacional Constituinte.



As conquistas asseguradas na Constituição, ainda que não tenham respondido a todos os problemas dos trabalhadores e setores excluídos, foram fundamentais contra as concepções e práticas dos governos neoliberais. As experiências desenvolvidas nos governos petistas, nos estados e nos municípios, foram referências muito importantes para as mudanças profundas realizadas pelo governo do presidente Lula e, agora, pela presidenta Dilma Roussef. A partir das mudanças ocorridas no Brasil e do modelo de desenvolvimento sustentável que pretendemos construir as mudanças que Goiás precisa.

Em primeiro lugar, é necessário assegurar a primazia do Estado na condução das políticas públicas. Um estado local forte para realizar o planejamento e gestão das políticas.

As ações promovidas pelo governo federal demonstram aquilo que o PT tem defendido, desde sua criação: é possível governar o país fortalecendo o Estado para impulsionar o desenvolvimento sustentável, a igualdade social e a participação popular e cidadã.

A política de combate à extrema pobreza e à desigualdade no Brasil que está sendo realizada pelo governo da Presidenta Dilma, por meio do Plano Brasil Sem Miséria, requer que o poder público localize as 16 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza nas áreas urbanas e rurais e vá até elas para desenvolver políticas articuladas voltadas à superação dessa condição e à emancipação social e cultural. Esta é uma tarefa primordial para próximo governo de Goiás. Da mesma forma, a elaboração do Mapa da Extrema Pobreza e do Mapa Nacional de Oportunidades, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, exigirá um intenso trabalho de parceria entre governo municipal, estadual e federal. Os profissionais das áreas sociais nas prefeituras devem ser orientados a realizar a busca ativa, ir até o cidadão e a cidadã que não tem condições sociais de demandar seus direitos no campo e nas áreas urbanas.

Um segundo desafio é a Construção articulada e integrada das políticas sociais. O governo executa políticas públicas por meio de diversos órgãos e secretarias, mas o foco dessas políticas é o cidadão e a cidadã no lugar onde vivem. Por isso é necessário que as políticas, para terem maior efetividade devem ser concebidas de maneira articulada e integrada no território e não fragmentadas em função da estrutura vertical de cada área. É fundamental a identificação das desigualdades e necessidades da população em cada região, em cada município, com suas características e identidades específicas. Por isso tudo é fundamental a transversalidade no planejamento e execução das políticas públicas. É preciso potencializar os equipamentos públicos, recursos humanos e gestores.



Trabalhar pela promoção da igualdade com equidade. Para isso, é preciso realizar ações afirmativas, baseadas na Constituição Federal, visando à superação da desigualdade e discriminação de gênero, raça, de orientação sexual, garantia de igualdade de direitos e a inclusão desses segmentos. A igualdade entre as pessoas é pressuposto básico dos direitos humanos e as ações afirmativas visam garanti-los, pois na história do país a desigualdade se conformou a partir da associação entre pobreza e miséria e a discriminação de raça e gênero, em Goiás o quadro não é diferente. Queremos estabelecer políticas públicas para as mulheres, os negros e negras, e que garanta o respeito à diversidade sexual.

A Gestão democrática, eficiente e com controle social é um desafio no âmbito das políticas sociais. Sua realização implica em garantir a participação da sociedade, na gestão das políticas sociais por meio de canais e mecanismos de participação nos processos de elaboração, planejamento, execução e avaliação destas políticas públicas, visando assegurar a garantia dos direitos por meio da democratização do acesso e da qualidade dos serviços prestados.

Para isso acontecer, é necessário dotar de infraestrutura e recursos orçamentários os conselhos específicos existentes e investir esforços para o seu bom funcionamento. É necessário prever mecanismos de eleição de conselheiros e relação sistemática que fortaleçam a relação entre representantes e representados.

Construir e ampliar uma cultura de respeito e valorização dos direitos sociais e humanos. O PT entende que nenhuma política pública deve ser compreendida como benemerência, nem mesmo a assistência social que tradicionalmente, ou mais diretamente, foi associada a esta condição, favorecendo práticas clientelistas que nada têm a ver com a construção de direitos. As ações adotadas nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, como o programa Bolsa-Família, os serviços sócio-assistenciais, a rede de proteção social, a política de segurança alimentar e nutricional e o Plano Brasil sem Miséria se constituem em políticas superando ações espetaculares e pontuais que marcaram práticas de governos anteriores.

Realizar programas de valorização e aperfeiçoamento dos gestores das políticas sociais como uma das condições da qualidade dos serviços e fortalecimento da cidadania.

Queremos ter uma ação articulada com o Governo Federal e os municípios goianos para superar as desigualdades sociais que imperam no nosso Estado:



Entendemos como sujeitos de direitos, especialmente para as crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social. Partindo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para as crianças é preciso articular as políticas nas áreas de educação, saúde, assistência social, esporte e cultura. Queremos que elas cresçam num ambiente saudável, com segurança e com qualidade de vida.

Para os Jovens, vamos considerar o Estatuto da Juventude. Vamos implementar políticas que possam capacitar e inserir a juventude no mercado de trabalho, garantir políticas públicas de saúde e educação pública, gratuita e de qualidade, combater a violência e o homicídios entre os jovens e promover o acesso ao lazer, esporte e cultura.

Da mesma forma, construir políticas para os idosos, partindo do Estatuto do Idoso, que articuladas com as políticas federais possam garantir o acesso à saúde, assistência social, ao esporte, lazer, cultura e ao turismo.

O estabelecimento de políticas públicas para as pessoas com deficiência deve supor a articulação em vários campos como condição da cidadania e da superação das várias formas de preconceito. Vamos articular ações no campo da saúde; educação; assistência social; trabalho; qualificação e formação profissional e acessibilidade.

Atualmente a defesa e garantia do estado laico tem se apresentado como um tema delicado e, por isso mesmo, é outro desafio para ser considerado. É importante que o governo respeito as convicções e aos seguidores de qualquer religião, monoteístas ou politeístas, bem como os ateus e agnósticos. Trata-se de um direito previsto na Constituição Federal.

Para ter uma sociedade desenvolvida é preciso levar a educação a sério. Para nós ela será prioridade. Queremos garantir uma educação pública, gratuita e de qualidade. Uma educação para a vida. Vamos resgatar a autoestima dos profissionais da educação, devolver a titularidade e investir na carreira. Vamos fazer parceria com os municípios para promover a educação em tempo integral.

No ensino superior, recuperar a Universidade Estadual de Goiás é o desafio. Dar autonomia financeira, administrativa e pedagógica para que a Instituição possa se reestruturar e promover o seu papel de fomentadora do desenvolvimento do Estado.

No plano Cultural, Goiás não acompanhou os avanços propiciados pelo governo Lula e Dilma e ficamos ausentes dos grandes debates de criação e implementação de Políticas Públicas para a Cultura no Brasil com reflexos em nosso Estado. Não teremos como política de governo apenas realizações de eventos, mas nos aproximaremos das grandes ações do governo federal como o Cultura Viva, Mais Cultura e do Vale Cultura.



Para nós política cultural deve servir para a formação e emancipação da pessoa, contribuindo para uma nova sociedade que seja pautada pelos valores humanos.

Queremos ter os municípios como nossos parceiros na implementação das políticas sociais e na realização dos direitos. A cidade pode ter um papel educador na medida em que valorize os distintos tempos, experiências e capacidades das pessoas. O direito à cidade implica a existência de políticas, espaços e segurança para crianças, idosos e deficientes, para as mulheres e negros, implica também que a memória e o patrimônio da cidade sejam valorizados e preservados.

Prover a “saúde” do cidadão e da cidadã, compreendendo que saúde não resulta apenas das políticas específicas da área, mas da garantia de qualidade de vida (melhores condições de habitação, transporte, mobilidade, acessibilidade, saneamento básico, qualidade ambiental, educação formal e não formal, respeito aos direitos humanos, à diferença e a diversidade, conforme previsto no SUS (Sistema Único de Saúde)).

O Brasil tem hoje um Sistema Único de Segurança Pública como desdobramento do Plano Nacional de Segurança. O SUSP tem como objetivo a integração das três esferas de governo, visando o desenvolvimento de políticas públicas de segurança e a prevenção à violência, articulando com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas).

Valorizar as polícias e investir nas carreiras é preciso. Criar os Gabinetes de Gestão Integrada, visando à articulação interinstitucional, o planejamento sistêmico, a reforma das polícias e a realização de programas de redução da violência. Vamos articular a políticas de cultura, esporte, lazer, capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho como instrumentos de combate a violência.



EIXO 4 – GESTÃO ÉTICA, DEMOCRÁTICA E EFICIENTE

Todos nós sabemos os entraves da administração pública: excesso de procedimentos burocráticos, regras arcaicas, mau atendimento, pouca informação, agentes públicos desmotivados, “vai e vem” de cidadãos e cidadãs buscando a solução para suas necessidades.

Essa situação reforça, a cada dia, uma imagem negativa e de inoperância dos serviços públicos em Goiás. Vale considerar, que é através da Administração que o Estado dispõe dos elementos necessários para realizar as ações de Governo. Se ela é inoperante, maior é o desafio para o governante de gerar e manter resultados.

Mas todos esses esforços não foram suficientes para apresentar uma alternativa concreta ao modelo de gestão da administração pública, que se mostra, descompromissado e ineficaz no atendimento e na prestação de serviços aos cidadãos.

Em parte, isso se dá pelo desprezo – consciente ou não – à máquina pública, que foi moldada para atender os interesses de uma minoria e, muitas vezes, é considerada um entrave para o desenvolvimento e a execução de projetos e programas sociais.

Neste contexto, as políticas públicas são implementadas independentemente da “vontade” desta máquina e de sua estrutura organizacional, porém, sem alterar a lógica da irracionalidade na prestação dos serviços e de reverter o descrédito do Estado, enquanto gestor e fornecedor de serviços com qualidade.

É preciso fortalecer o Estado em seu papel de proponente, executor de políticas públicas, bem como, de prestador de serviços através de uma gestão democrática, eficiente e eficaz. Implantar práticas que estimulem a cultura da cooperação entre equipes e promovam a transparência, substituindo os controles burocráticos por controles sociais

É preciso investir no Planejamento Estratégico de Governo, definindo prioridades e resultados a serem alcançados na gestão. O Planejamento visa garantir melhores condições de execução do Programa de Governo e de gerenciamento e monitoramento dos resultados. Ele possibilita também o alinhamento de governo e o foco nas prioridades.



Outro aspecto importante é repensar a lógica como está organizada, estruturada a máquina pública, promovendo a integração de ações das diversas áreas, bem como buscar maior sinergia na execução de políticas públicas. A atuação de forma sistêmica pode potencializar o uso dos recursos disponíveis e diminuir o retrabalho. Integrar os diversos setores da administração em torno de diretrizes e metas comuns, que se tornaram referenciais para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos transversais.

É preciso compreender que o governo, que é único, executa políticas públicas por meio de uma estrutura segmentada, composta por diversas áreas, mas o foco principal dessas políticas é sempre o cidadão ou cidadã, que moram em um território e necessitam ter suas necessidades atendidas de maneira integrada e não dispersa.

A modernização administrativa visa inovar na forma de governar e gerir o Estado em seus diferentes níveis, buscando a gestão democrática, eficiente e eficaz no atendimento e prestação de serviços para todos os cidadãos e cidadãs. Com o planejamento, vamos estabelecer diálogo com os agentes políticos locais um plano de metas para cada região.

A modernização administrativa deve atuar em cinco linhas de ações: melhoria da qualidade nos processos de trabalho, uso intensivo de tecnologia de informação e comunicação, melhoria dos ambientes de trabalho, valorização e profissionalização dos servidores e o fortalecimento institucional, tendo, sempre, como foco principal de todas as ações o atendimento e prestação de serviços de qualidade a todos os cidadãos e cidadãs. É repensar os serviços a partir da lógica do cidadão.

As informações referentes a todos os serviços prestados pelo Estado devem ser de acesso fácil, rápido e em linguagem adequada para todos. Mas, além da melhoria do acesso às informações, para o desenvolvimento do modelo de gestão democrático, eficiente e eficaz, é necessário criar e fortalecer os canais de participação e de controle social. É preciso envolver o cidadão e a cidadã no planejamento e definição de prioridades, na viabilidade da execução das ações prioritárias, bem como, na manutenção das mesmas.

Trata-se de estimular a corresponsabilidade, através do diálogo com a população, com os diversos segmentos sociais e lideranças políticas, por um estado melhor. Romper com a herança patrimonialista que ronda o Estado só será possível com o controle social for efetivo. A Ouvidoria deve ser instituída como instrumento integrado a toda a gestão dos serviços prestados ao cidadão.



EIXO 5 –DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL NOS MUNICÍPIOS E DIREITO À CIDADE.

Nosso Estado é um território privilegiado por suas riquezas naturais. O Governo de Goiás deve fazer o Zoneamento Econômico e Ecológico, onde haja planejamento do zoneamento das atividades agropecuárias nas regiões, conforme os objetivos estratégicos do desenvolvimento rural sustentável e socialmente inclusivo.

Para o PT todas as pessoas que vivem nas áreas rurais dos municípios têm direito à qualidade de vida; a uma reforma agrária que promova o desenvolvimento socioeconômico e ambientalmente sustentável; ao direito humano à alimentação (para o que o cooperativismo na agricultura familiar com o uso de tecnologias agroecológicas e a ampliação da produção de alimentos são imprescindíveis são fundamentais); às políticas públicas de qualidade no meio rural; a viver em assentamentos com qualidade de vida capazes de dinamizar as economias locais e regionais. As pessoas nas áreas rurais têm o direito de viver em um lugar onde haja a regularização ambiental; onde se promova a autonomia econômica, social e política das mulheres e acesso igualitário às políticas públicas, onde se desenvolva uma política para a juventude rural.

Promover capacitação de novas tecnologias para a produção agrícola dando-se ênfase aos cultivos alimentares diversificados e com baixo impacto ambiental; Valorizar as atividades agropecuárias dos pequenos agricultores nas leis e normas municipais de uso e ocupação do solo, criando zonas que incentivem a ocupação do espaço territorial do município com equilíbrio e racionalidade entre as áreas urbanas e rurais.

Capacitar e preparar o Município para a realização de parcerias e convênios com demais órgãos da administração pública federal e estadual para receber os benefícios dos programas voltados ao fomento da produção agropecuária, das atividades voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar, do abastecimento alimentar e nutricional; para os programas de Reforma Agrária; para os programas de apoio à preservação dos recursos naturais e meio ambiente e outros afins;

O PT junto com os movimentos sociais, à frente dos governos democráticos populares e nos parlamentos tem lutado muito, nos últimos 30 anos, para transformar a dura realidade de exclusão e desigualdades nos municípios brasileiros. As pessoas vivem nos municípios.

Os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff inauguraram uma nova fase em relação ao desenvolvimento sustentável nos municípios buscando construir políticas que garantem os direitos dos cidadãos.



Para o PT, todas as pessoas que vivem no município têm direito a um desenvolvimento urbano e rural socialmente equilibrado, ambientalmente sustentável e politicamente participativo. Para o PT todas as pessoas que vivem na cidade têm direito a ela: direito à moradia digna e a terra urbanizada; direito ao saneamento ambiental; direito à mobilidade, transporte público e ao trânsito seguro; a inclusão social e à participação na sociedade. Todas as pessoas têm direito de viver em uma cidade que, por meio de seu governo, tenha como orientação a redução das desigualdades; a sustentabilidade financeira e socioambiental; o combate à discriminação de grupos sociais e étnico-raciais, como já apontamos; o combate à segregação urbana e a diversidade sócio-espacial; se comprometa com a função social da cidade e da propriedade. Cabe ao Governo de Goiás incentivar, apoiar e coordenar o processo de reforma urbana nos municípios. Ser um fomentador e regulador dos desafios previstos no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº. 10.257/01).

Promover a articulação da política habitacional do governo federal, estadual e municipal com a produção de unidades habitacionais, regularização fundiária e reurbanização de assentamentos precários. Vamos fazer em Goiás o maior programa de habitação em parceria com o Minha Casa Minha Vida. Qualificar o Cheque Moradia e reduzir o déficit habitacional do estado.

No saneamento implantaremos uma abordagem integrada no que se refere a: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana; manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais e urbanas sendo desenvolvida em três grandes programas: Saneamento Básico Integrado; Saneamento Rural para população rural e população indígena e quilombola e Saneamento Estruturante. Vamos fortalecer a Saneago e fazer que ela cumpra seu papel.

Vinculado à perspectiva do desenvolvimento urbano, da sustentabilidade ambiental e da inclusão social, vamos, num trabalho articulado entre Governo Federal, Estado e Municípios, ordenar o desenvolvimento da Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável em Goiás. Promover a cidadania e a inclusão social por meio da universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e do aumento da mobilidade urbana; Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor; Coordenar ações para a integração das políticas da mobilidade e destas com as demais políticas de desenvolvimento urbano e de proteção ao meio ambiente.



A evolução do Modo Petista de Governar nos últimos anos, apontou a necessidade de intervenções urbanísticas que ampliem as oportunidades de acesso à cidade e valorizam seus marcos identitários. É muito importante que o estado tenha os gestores municipais como parceiros, indiferente da cor partidária, numa gestão democrática e republicana de fato. É preciso investir nos programas que valorizem as praças, parques e outros marcos, que permitam a integração das pessoas e o lazer, contribuindo para multidentalidade na cidade e para maior qualidade de vida das pessoas em cada lugar. É nos municípios que as pessoas vivem e é lá que vamos investir, massivamente, para melhorar a qualidade de vida do povo goiano.